



Diário Eletrônico da 2ª Região: prorrogado o início da vigência legal

O TRF-2ª Região prorrogou por 30 dias, a contar de 10/02/2010, o início da vigência legal do seu novo Diário Eletrônico (e-DJF2R). Dessa forma, até 12/03/2010, somente as matérias veiculadas pela Imprensa Oficial continuam tendo validade jurídica. Desde novembro do ano passado, os cidadãos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo contam com o novo veículo de informação das decisões judiciais e das medidas administrativas da Justiça Federal. O e-DJF2R, promete uma economia para os cofres públicos de aproximadamente R\$ 820 mil anuais. O valor corresponde aos gastos que o TRF2 e as Seções Judiciárias fluminense e capixaba têm, até hoje, com assinaturas e com publicações nos jornais oficiais. A publicação das decisões é gratuita, mas a de atos como editais e avisos, por exemplo, tem um custo para a Administração Pública. O e-DJF2R pode ser acessado a partir dos próprios sites do Tribunal (www.trf2.jus.br), e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (www.jfrj.jus.br) e do Espírito Santo (www.jfes.jus.br).

A necessidade de garantir a razoável duração do processo e de respeitar os princípios da publicidade, simplicidade e da economia dos atos processuais, tal como são definidos pela Constituição, é uma das fundamentações da criação e implantação do novo veículo de comunicação. Além disso, a exposição de motivos da Resolução 35/09 leva em conta a importância de o Judiciário incorporar os “recursos

disponíveis da tecnologia da informação aos trâmites processuais, observados os requisitos de segurança e autenticidade, tornando mais célere e eficiente o desempenho da prestação jurisdicional”, bem como de seguir a orientação estratégica do governo para o plano plurianual 2008-2011, que “estabelece como diretriz, na área ambiental, melhorar a qualidade dos projetos do setor público em relação ao impacto destes sobre o meio ambiente”, o que será conseguido com o fim da impressão em papel dos atos oficiais da Justiça Federal da 2ª Região.

Já a questão da segurança fica resolvida com o fato de que as edições do e-DJF2R são assinadas digitalmente “obedecendo-se os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)”. A ICP-Brasil emite certificados digitais e é mantida pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada à Casa Civil da Presidência da República. O instrumento foi instituído pela Medida Provisória 2.200-2, de 2001.

A criação e funcionamento do e-DJF2R obedecem às regras da Lei 11.280, de 2006, que permite aos tribunais disciplinar a prática e a comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico, e da Lei 11.419, também de 2006, que trata da informatização do processo judicial e possibilita às cortes criar, cada uma, o seu Diário da Justiça digital. (Matéria publicada no site www.trf2.jus.br).

1ª VF-Cível recebe processos digitais a partir de segunda-feira (08)

A 1ª Vara Federal Cível de Vitória passa a receber, nesta segunda, 08/02, apenas processos digitais, a exemplo do que já ocorre em três varas cíveis (4ª, 3ª e 5ª) e em todos os Juizados Especiais e Varas Federais de Execução Fiscal da capital.

A implantação do processo eletrônico na 1ª VF-Cível foi determinada pelo diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, *ad referendum* da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, em [portaria](#) expedida nesta quarta (04/02).

A 1ª VF-Cível recebe processos de matéria tributária, previdenciária e servidores públicos civis e tem como titular o juiz federal mais antigo em atividade no Espírito Santo, José Ferreira Neves Neto.

As demais varas federais da capital capixaba devem iniciar seus trabalhos com processo eletrônico ainda no primeiro semestre de 2010.

JFES realiza reunião com associações e cooperativas de materiais recicláveis no dia 25 de fevereiro



A Justiça Federal do Espírito Santo realiza, no dia 25 de fevereiro, às 14 horas, reunião com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que tenham interesse em receber documentos e/ou processos dos editais de eliminação publicados pelo órgão. Poderão participar da habilitação e seleção as associações e cooperativas localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. A entidade selecionada também deverá picotar o papel recebido periodicamente.

Serviço:

Data e Hora da Reunião: Dia 25/02/2010, às 14 horas.

Local: Rua São Francisco 52, Sala de Licitações, Andar 1S, Cidade Alta, Vitória/ES.

Obs: Cópias do [Edital](#), de seus anexos ([Anexo I](#), [Anexo II](#), [Anexo III](#), [Anexo IV](#)) e dos [requisitos básicos para habilitação](#) estão disponíveis no endereço acima ou no site: www.jfes.jus.br. Informações: 27-3183-5245 ou 27-3183-5074

Prova dia 02 de março para estagiários

O Núcleo Regional de Vitória/Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região realizará processo seletivo para estágio na Seção Judiciária do Espírito Santo, no dia 02 de março, das 14 às 17h, no auditório da Justiça Federal (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Centro, Vitória – ES).

Os candidatos inscritos deverão comparecer ao local da prova com 30 minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto e caneta esferográfica azul ou preta. Não haverá tolerância em relação ao horário.

Somente serão convocados para este processo seletivo os candidatos que procederam à inscrição até o dia 26/02/2010, às 17h. A listagem definitiva de inscritos será publicada no www.jfes.jus.br.

Para mais informações, ligue: (27) 3183-5187.

Boa sorte!

Cadastros para petição/intimação eletrônica devem ser entregues em VFs eletrônicas ou JEFs eletrônicas

Os advogados interessados no cadastramento para atuação nos processos eletrônicos da Justiça Federal capixaba, após efetivar o pré-cadastramento no Sistema disponível no site www.jfes.jus.br, deverão se dirigir a uma das Varas Federais eletrônicas ou Juizados Especiais eletrônicos da SJES, munidos de duas vias do Termo de Credenciamento assinadas e do original da Carteira da OAB, para fins de identificação pessoal e validação de seus dados cadastrais.

Grupo Especial de Segurança da JFES atenderá o presidente do STF

O Grupo Especial de Segurança da Justiça Federal/ES atenderá o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes, em sua visita ao Estado nesta segunda (dia 08/02). Durante sua estada na capital capixaba, o ministro assinará os convênios dos projetos ‘Começar de Novo’ e ‘Advocacia Voluntária’, no Tribunal de Justiça, além de participar de almoço com o governador Paulo Hartung, no Palácio Anchieta. O presidente do STF retorna a Brasília no fim do dia.

JFES adota modelo padronizado para pedido de remessa extraordinária

O diretor do foro da Justiça Federal do Espírito Santo, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, determinou, na [Ordem de Serviço](#) editada no dia 04/02/2010, a adoção, pelas unidades de distribuição do órgão, de modelo padronizado de Pedido de Remessa Extraordinária.

Essa medida visa “dar segurança aos procedimentos concernentes à ordem das distribuições, bem como aos referentes às remessas urgentes e extraordinárias de processos às Varas Federais e Juizados Especiais Federais” e atende o disposto no artigo 121 do Provimento nº 01/2001 da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como o art. 3º, § 4º da Resolução nº 14/2004, como explicado na OS.

O pedido de remessa extraordinária será feito apenas no modelo indicado na OS, fornecido pelo setor de protocolo, quando solicitado, logo após o ingresso da ação. Caberá ao juiz sorteado para julgar a causa a análise do pedido de remessa extraordinária, nos termos indicados na Ordem de Serviço.

